



A Casa do Médico

Inaugurada oficialmente durante o XV Encontro dos Conselhos, a nova sede em Curitiba já absorve todas as atividades do CRM-PR, incluindo programas científico-culturais, que, de forma gradativa, serão ampliados em parcerias, como das sociedades de especialidades e OAB-PR. A “Casa do Médico” também oferece espaço para os residentes e acadêmicos. **Página 15**



J O R N A L D O

CRM PR

Órgão Informativo do
Conselho
Regional de Medicina do
Paraná

Ano VII • Nº 57
Maio e Junho/2003

www.crmpr.org.br
e-mail: jornal@crmpr.org.br

IMPRESSO
ESPECIAL

3600137001/2001-DR/PR
CRM/PR

---CORREIOS---

Entidades médicas harmonizam propostas em defesa da profissão

Nesta edição

Definidos candidatos às eleições de agosto
Página 3

Ampliado programa de videoconferências
Páginas 4 e 5

Fechamento de curso em Ponta Grossa
Página 11

Preocupação com orçamento à saúde
Página 12

Assistência supletiva colocada em debate
Página 13

Paixão pelas letras e pela medicina
Página 16

O X Encontro Nacional das Entidades Médicas ofereceu uma grande demonstração de força e união de propósitos. Mais que isso, celebrou a maior proximidade com nossos representantes políticos, através da reinstalada Frente Parlamentar da Saúde, e estreitou o diálogo com o novo Governo. O debate em torno de temas da maior relevância, como Ato Médico, escolas médicas, relação e valorização do trabalho e fortalecimento das ações preventivas de saúde pública, fez aumentar a expectativa de proximidade de um estágio de conquistas à atividade e ao profissional. A “Carta dos Médicos à Nação Brasileira”, extraída do ENEM, diagnostica a atual situação da saúde do país e receita os remédios necessários à melhoria das condições de vida da população e para a melhor prática da medicina. **Editorial e Páginas 8, 9 e 10**



Mesa diretora do X ENEM, realizado em Brasília: José Luiz Bonamigo Filho, presidente da ANMR (1. à esquerda); Héder Murari Borba, da Fenam; Edson de Oliveira Andrade, do CFM; Eleuses Vieira de Paiva, da AMB; Ricardo Albuquerque Paiva, da CMB; Gastão Wagner, secretário de Assistência à Saúde do MS; e Rafael Guerra, médico, deputado federal por Minas Gerais e presidente da Frente Parlamentar da Saúde.

Conselho oferece consultoria jurídica

CRM-PR está disponibilizando um novo serviço através de sua Assessoria Jurídica. Os médicos inscritos agora têm acesso à consultoria em todos os ramos do Direito, podendo tirar dúvidas sobre assuntos de seu interesse, de ordem jurídica, de caráter particular ou de seus familiares. O serviço é gratuito e de propósito informativo e esclarecedor, sem determinar vinculação profissional futura. **Pág. 3**

ENEM: a nova esperança

Um grande número de médicos compareceu ao X Encontro Nacional das Entidades Médicas, demonstrando força e união de propósitos. Muitos parlamentares também estiveram presentes, prestigiando e enriquecendo os debates gerados pelo evento. É um gesto significativo essa aproximação com parlamentares, não apenas para o conhecimento das reivindicações da classe médica, mas também para o esclarecimento das nossas propostas.

Os temas previamente escolhidos e discutidos, reforçam a harmonia entre as entidades, pois definiram-se as principais metas. A expectativa dos médicos é grande, especialmente no sentido de melhorar o nível salarial e as relações de trabalho com as diversas instituições onde ou para as quais desenvolvem suas atividades. Não por acaso que a questão fluiu em diversas direções a partir do debate dos grandes temas levados ao ENEM: escolas médicas, valorização profissional, plano de carreira na esfera do SUS/Plano Saúde da Família, ato médico e rol de procedimentos.

Atualmente, há uma gama de vínculos profissionais que se estabelecem sem garantias de segurança de um bom emprego. Além de muito mais obrigações que direitos, tais relações de trabalho acabam se transformando em sucessivas transgressões aos preceitos da Lei. Jornadas distorcidas e condições inseguras ou inapropriadas para a prática médica acabam estreitando o caminho para o terreno minado das infrações éticas e da indução aos erros. Anseia-se a implantação de plano de cargos e salários na estrutura do SUS, tal qual se reivindica uma melhor atenção na alçada da saúde suplementar, daí a mobilização visando a implantação da Lista Hierarquizada de Procedimentos Médicos.

A luta em defesa da qualidade do ensino começa a oferecer resultados práticos, não somente pela conscientização de governantes e legisladores sobre a necessidade de

cumprimento dos critérios indispensáveis para abertura de novas escolas, mas, também, pelas ações nos Estados que visam estancar os riscos de lançar no mercado de trabalho médicos malformados que irão colocar em risco pacientes e eles próprios. Neste aspecto, o Paraná acaba de exibir seu exemplo, interrompendo o curso de medicina da UEPG, por razões técnicas, e dissolvendo articulações políticas que projetavam levar escolas com os mesmos vícios a outras regiões.

Sempre defendemos uma ampla discussão com a sociedade brasileira sobre o Ato Médico. Assim, entendemos que a proposta que tramita no Legislativo Federal traduz a certeza de que o médico não poderá ser excluído da equipe de saúde e, assim, estará assegurando melhor qualidade na assistência à população. Já ficou demonstrado que existe forte interesse na exclusão do médico, para reduzir os custos na assistência à saúde. Alguns projetos realizadas por agentes comunitários de saúde, que receberam treinamentos sumários, tomam decisões sem qualquer competência, expondo os pacientes a sérios riscos. Outros profissionais da área da saúde extrapolam a sua

competência legal e atuam como se médicos fossem. OCFM propõe que a atenção aos pacientes pode ser compartilhada para a melhor qualidade da assistência, mas não vai aceitar abusos nos atos que são exclusivos das profissões médicas. A população precisa ser esclarecida e deve exigir ser atendida por médico no diagnóstico e tratamento de suas doenças.

Do mesmo modo, estamos engajados no fortalecimento da atenção primária à saúde, com os desdobramentos pertinentes que envolvem a expansão do Programa Saúde da Família, a valorização profissional e instrumentos de educação continuada. Muito mais que a união ratificada pelas entidades médicas, o ENEM veio renovar nossas esperanças de um novo tempo à profissão e à sociedade. Mas também nos ofereceu a certeza de que as grandes conquistas dependem do esforço solidário de cada um de nós, que começa na prática ética da medicina, na relação médico-paciente afetiva e transparente e no cumprimento de suas responsabilidades profissionais.

Cons. Luiz Sallim Emed,
presidente do CRM-PR

Qualidade do ensino sob risco

Cresce a cada ano o número de estudantes brasileiros que optam por ingressar em universidades fora do país. O curso de medicina ainda é o mais procurado, especialmente na Bolívia e no Paraguai. O Mercosul Educacional, órgão assessor do Conselho de Ministros da Educação dos países do Mercosul, estuda propostas para assegurar um novo sistema de revalidação automática de diplomas entre os integrantes do bloco, mas encontra resistência entre as instituições médicas brasileiras, temerosas de que se acabe prejudicando os esforços em defesa de formação com qualidade. Muitas escolas em países do Conesul são reconhecidas como autênticos "caça-níqueis", sem qualquer compromisso com qualificação.

Na Universidade Federal do Paraná, 70% dos 40 pedidos de revalidação de diplomas protocolados este ano são de médicos recém-formados. Segundo Miguel Ibrahim Hanna Sobrinho, coordenador do curso de Medicina da UFPR, a instituição segue o modelo preconizado pela Associação Brasileira de Educação Médica, que, embora seja rígido e demorado, funciona como filtro para profissionais formados em instituições de baixa qualidade. No ano passado, das 18 pessoas que fizeram a prova de conhecimentos específicos, só quatro alcançaram a nota mínima exigida.

expediente

CRM PR

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial

Luiz Sallim Emed (coordenador), Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Ehrenfried Othmar Wittig, João Manuel Cardoso Martins, Eloi Zanetti e Hernani Vieira.

Diretoria - Gestão 1998/2003

Presidente: Cons. Luiz Sallim Emed
Vice-Presidente: Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho
1.ª Secretária: Cons. Marília Cristina Milano Campos
2.ª Secretária: Cons. Monica De Biase Wright Kastrup
Tesoureiro: Cons. Roberto Bastos da Serra Freire
Tesoureiro-Adjunto: Cons. Gerson Zafalon Martins
Corregedora: Cons. Raquela Rotta Burkiewicz

Conselheiros Efetivos

Carlos Ehlke Braga Filho, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Daebes Galati Vieira, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, José Luís de O. Camargo (Londrina), Kemel Jorge Chammas (Maringá), Luiz Sallim Emed, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Mariângela Batista Galvão Simão, Marília Cristina Milano Campos, Mauri José Piazza, Monica de Biase Wright Kastrup, Raquela Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Rubens Kliemann, Sérgio Maciel Molteni, Wadir Rúpullo e Zacarias Alves de Souza Filho.

Conselheiros Suplentes

Antonio Carlos de A. Soares (Cascavel), Célia Inês Burgardt, Cícero Lotário Tironi, Jorge Rufino Ribas Timmi, José Eduardo de Siqueira (Londrina), Lucia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Mello Costa (Umuarama), Luiz Jacintho Siqueira (Ponta Grossa), Manoel de Oliveira Saraiva Neto, Marco Antonio do S. Marques R. Bessa, Mario Stival, Mínia Okawa (Maringá), Niazzy Ramos Filho, Nilson Jorge de M. Pellegrini (Foz do Iguaçu), Orlando Belin Júnior (Guarapuava), Renato Seely Rocco e Sylvio José Borela (Pato Branco).

Membros Natos

Dr. Daulton de Paola / Dr. Farid Sabbag / Dr. Luiz Carlos Sobania / Dr. Ehrenfried Othmar Wittig

Consultor jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque

Assessores jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma

Médico Fiscal: Dr. Elísio Lopes Rodrigues

Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá

Rua Victório Viezer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 240-4000 / Fax: (0xx41) 240-4001.

-Delegacia Seccional de Apucarana

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana - PR / Fone: (0xx43) 424-1417

Presidente: Dr. José Marcos Lavrador

-Delegacia Seccional de Campo Mourão

Av. Capitão Índio Bandeira, 1400 sala 412 - Centro / 87300-000 - Campo Mourão - PR / Fone/fax: (0xx44) 525-1048.

Presidente: Dr. Dairton Luiz Legnani

-Delegacia Seccional de Cascavel

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel - PR / Fone/fax: (0xx45) 222-2263.

Presidente: Dr. Keith de Jesus Fontes

-Delegacia Seccional de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso, 1293 - sala 604 / Condomínio Centro Empresarial Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (0xx45) 572-4770

Presidente: Dr. Nilson Jorge de Mattos Pellegrini

-Delegacia Seccional de Guarapuava

Rua Barão do Rio Branco, 779 sala 07 - Centro / 85.010-040 - Guarapuava-PR / Fone/fax: (0xx42) 623-7699

Presidente: Dra. Vera Lúcia Dias

-Delegacia Regional de Londrina

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Condomínio Empresarial Newton Câmara / 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (0xx43) 3321-4961 / Fax: (0xx43) 3339-5347

Presidente: Dr. José Luís de Oliveira Camargo

-Delegacia Regional de Maringá

Ruas das Azaléias, 209 / 87060-040 - Maringá - PR Fone/fax: (0xx44) 224-4329

Presidente: Dr. Kemel Jorge Chammas

-Delegacia Seccional de Pato Branco

Rua Ibioporã, 333 sala 401 - Centro / 85501-280 / Fone/fax: (0xx46) 225-4352

Presidente: Dr. Paulo Roberto Mussi

-Delegacia Seccional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (0xx42) 224-5292

Presidente: Dr. Luiz Jacinto Siqueira

-Delegacia Seccional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174

Presidente: Dr. Eduardo Gomes

-Delegacia Seccional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício CEMED - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160

Presidente: Dr. Luiz Antônio de Melo Costa

-Delegacia Regional de Porto União

Rua Prudente De Moraes, 300 - 89400-000 - Porto União - SC Fone: (0xx42) 523-1844 - Fax: (0xx42)522-0936

Delegado Regional do Cremesc: Dr. Ayrton Rodrigues Martins

Jornalista responsável: Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / **Assistentes editoriais:** Priscila P. J. Naufel e Giselli Brisk - **Fotos:** Joel Cerizza e Miro Matiak / **Projeto Gráfico:** Jump! Comunicação / **Editoração:** Upper Comunicação (0xx41) 252-0674 / **Fotolito e Impressão:** Serzgraf / **Tiragem:** 16.500 mil exemplares.

Consenso na composição do novo quadro de conselheiros

A chapa de consenso denominada "União médica" foi habilitada para compor o novo quadro de conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Medicina do Paraná para o quinquênio 2003/2008. A eleição vai ocorrer em 20 de agosto e também marca a indicação dos integrantes das Delegacias Regionais e Seccionais, todas igualmente com chapa única. Em Curitiba e nas cidades-sedes das Delegacias a votação será das 8 às 20h. Os médicos inscritos no Conselho que residem em municipalidades sem urna coletora de votos receberão todo o material com antecedência, através dos Correios. O voto é obrigatório. Não-cumprimento, sem justa causa ou impedimento, resulta em sanção administrativa e multa no valor correspondente à meia anuidade.

O corpo de conselheiros conta com 21 efetivos e igual número de suplentes. Entre os 42 membros, um é indicação da Associação Médica do Paraná. A renovação chega a 50% dos conselheiros que compõem o atual mandato do CRM-PR, que termina em 1.º de outubro. A posse dos membros eleitos vai ocorrer naquela data, quando em reunião plenária os conselheiros escolherão, via voto, a composição da nova Diretoria, com as funções de presidente e vice, 1.º e 2.º secretários, tesoureiro titular e adjunto e corregedor.

A escolha dos novos conse-

lheiros baseou-se, inicialmente, quanto ao perfil ético dos escolhidos. Em seguida, prevaleceram aspectos como a experiência de conselheiros, convite a médicos que atuam em várias instituições de saúde públicas ou privadas ou com atuação em diversos hospitais, tipo de especialidade médica e outras especialidades de maior demanda, e ainda a necessidade de renovar e formar novas lideranças. "Se sobrepõe o intuito de contemplar uma maior representatividade dos médicos paranaenses", resume o atual presidente, Luiz Sallim Emed.

As normas que definiram o pleito deste ano dos Conselhos Regionais estão contidas na Resolução n.º 1.660/2003 do Conselho Federal de Medicina, editada em março. A Comissão Eleitoral do Paraná é composta pelos membros natos do Conselho Duilton de Paola, Ehrenfried Othmar Wittig e Luiz Carlos Sobania, conforme edital publicado em maio. O período para registro das chapas foi de 2 a 16 de junho, prevalecendo no Estado a constituição de um grupo ajustado às propostas de trabalho que vêm sendo desenvolvidas, com destaque para a união das entidades médicas, a valorização profissional e ações para melhor qualificação e educação continuada.

Na chapa única que estará concorrendo ao pleito de agosto, são candidatos a conselheiros efetivos:

Carlos Ehlke Braga Filho, Carlos Roberto Goytacaz da Rocha, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen (Londrina), Ewalda Von Rosen S. Stahlke (AMP), Gerson Zafalon Martins, Hécio Bertolozzi Soares, Kemel Jorge Chammas (Maringá), Luiz Sallim Emed, Marco Antonio S. M. R. Bessa, Marília Cristina Milano Campos, Mauri José Piazza, Miguel Ibrahim Abboud Hanna Sobrinho, Mônica de Biase Wright Kastrup, Raquele Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Sérgio Ossamu Ioshii, Wadir Rúpollo, Sérgio Maciel Molteni, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

O suplentes são: Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy (Ponta Grossa), Carlos Edmundo Rodrigues Fontes (Maringá), Carlos Puppi Busetti Mori (Cascavel), Célia Inês Burgardt, Fernando Meyer, Hélio Delle Donne Júnior (Guarapuava), Joachim Graf, José Luís de Oliveira Camargo (Londrina), Lúcia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa (Umuarama), Luiz Ernesto Pujol, Marcelo da Silva Kaminski, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Mário Stival, Marta Vaz Dias de Souza Boger (Foz do Iguaçu), Maurício Marcondes Ribas, Paulo Roberto Mussi (Pato Branco), Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florêncio e Wanderley Silva.

Eleições nas Delegacias

• **Delegacia Seccional de Apucarana**
Chapa "Responsabilidade com qualidade ética"

Efetivos: Adail Rother Júnior, Carlos Alberto Gebrim Preto, Guilherme Augusto Storer, José Marcos Lavrador e Osmundo Pereira Saraiva.

Suplentes: Altimar José Carletto, Enéas Peres Prado, Milton César Rodrigues, Nércio Gonzalez Estrada e Newton Benevenuto.

• **Delegacia Seccional de Campo Mourão**
Chapa "Ética e progresso"

Efetivos: Antônio Carlos Cardoso, Dairton Legnani, Manoel da Conceição Gameiro, Moacir Ciulla Porciúncula e Wilfredo Sérgio Sandy Saavedra.

Suplentes: Altair Gonçalves, Antônio Sérgio de Azevedo Rebeis, Carlos Roberto Henrique, José Alexandre Gargantini Rezze e Sílvio Xavier.

• **Delegacia Seccional de Cascavel**
Chapa "Consciência e união"

Efetivos: Keith de Jesus Fontes, Fayez Mehanna, Aldo Luís Hota, Gleice Fernanda Costa Pinto Gabriel e Hi Kyung Ann.

Suplentes: Nelson Ossamu Osaku, José Fernando Carvalho Martins, Allan Cezar Faria Araújo, André Pinto Montenegro e Paulo Marcelo Schiavetto.

• **Delegacia Seccional de Foz do Iguaçu**
Chapa "União"

Efetivos: Isidoro Antônio Vilamayor Alvarez, Luiz Henrique Zaions, Nilson Jorge de Mattos Pellegrini, Tomás Edson Andrade da Cunha e Valter da Cruz Teixeira.

Suplentes: José Antônio Rodrigues Júnior, Marco Aurélio Farinazzo, Michel Cotait Júnior, Rodrigo Lucas de Castilhos Vieira e Sebastião Pinto Leme Filho.

• **Delegacia Seccional de Guarapuava**
Chapa "Ética e equilíbrio"

Efetivos: Wagner Novaes Carneiro, Amir Youssef Nasr, Augusto César Prado Alves, Stefan Wolanski Negrão e Frederico Eduardo W. Wimond.

Suplentes: Edilson Rodrigues da Silva, Edina Ramos R. Carvalho, Audevir Benedito Ribeiro, David L. Alves Figueiredo e Iara Rodrigues Vieira.

• **Delegacia Regional de Londrina**

Chapa "União médica Londrina"

Efetivos: Adelmo Ferreira, Álvaro Luiz de Oliveira, João Henrique Steffen Júnior, Luís Fernando Rodrigues e Marcos Menezes Freitas de Campos.

Suplentes: Adel Mamprim, Alessandra Spironelli Pinheiro, Antonio César Marson, José Eduardo de Siqueira e Sylvio Ferreira Filho.

• **Delegacia Regional de Maringá**

Chapa "Trabalho e integração"

Efetivos: Kemel Jorge Chammas, Mário Massaru Miyazato, Natal Domingos Gianotto, Minao Okawa e Mário Lins Peixoto.

Suplentes: Aldo Yoshisuke Taguchi, Luís Francisco Costa, José Carlos Fernandes, Mariane Amse Vera Lúcia Alvarez Beltran.

• **Delegacia Seccional de Pato Branco**

Chapa "Novo milênio"

Efetivos: Eduardo Obrzut Filho, Giana Dacle Telles, João Schemberk Júnior, Paulo Furtado e Sylvio José Borela.

Suplentes: César M. de Souza, Eduardo Toshimitsu, Gilberto Almeida e José Nortolaz Neto.

• **Delegacia Seccional de Ponta Grossa**

Chapa "União médica"

Efetivos: Luiz Jacintho Siqueira, Gilberto Luiz Ortolan, Dalton Scarpin Gomes, Northon Arruda Hilgenberg e Dário de Melo Júnior.

Suplentes: Marcelo Tassari, Daniella Alvarez Mattar, Cleverson Urcichi, Marcelo Jacomel e Meirson Reque.

• **Delegacia Seccional de Toledo**

Chapa "União Médica de Toledo"

Efetivos: Celso Paulo M. Dall' Ogllo, Eduardo Gomes, José Afrânio Davidoff Júnior, Roberto Simão Roncatto e Sérgio Kazuo Akiyoshi.

Suplentes: Frederico Patino Cruzatti, Ivan Garcia, José Carlos Bosso, José Maria Barreira Neto e Wilson Botton.

• **Delegacia Seccional de Umuarama**

Chapa "Integridade ética"

Efetivos: Guilherme Antônio Schmitt, João Jorge Hellú, Luiz Renato Ribeiro de Azevedo, Mauro Acácio Garcia e Osvaldo Martins de Queiroz Filho.

Suplentes: Adalberto Carlos Giovanini Filho, Fernando Elias Mello da Silva, Juscélio de Andrade, Luiz Antônio de Melo Costa e Luís Lucacin Júnior.

Conselho presta consultoria jurídica

O Conselho Regional de Medicina do Paraná, a exemplo do que já fez há alguns anos, está disponibilizando sua Assessoria Jurídica para proporcionar, a todos os médicos inscritos, consultorias jurídicas sobre qualquer ramo do direito, sem ônus para os consulentes. Assim, o médico que tenha dúvidas sobre assuntos de seu interesse, de ordem jurídica, de caráter particular ou de seus familiares, poderá agendar consulta com um dos advogados do Conselho para saná-las, recebendo então orientação sobre os caminhos que poderá tomar, as prerrogativas que possui frente à lei e os problemas que eventualmente esteja enfrentando.

Dessa forma, o conselho estará viabilizando aos médicos inscritos um serviço importante e especialmente sem qualquer vinculação profissional futura, desde que disponibilizará apenas a consulta, de caráter estritamente informativo e esclarecedor, cumprindo assim uma de suas obrigações como órgão representativo da classe médica.

O CRM-PR estará promovendo também pela sua Assessoria Jurídica, em favor dos médicos aposentados, ações revisionais de suas aposentadorias, visando reajustar os benefícios defasados pelos aumentos concedidos a menor, no período de 1996 a 2002. Os médicos que se aposentaram nesse período poderão solicitar revisão do valor que atualmente vem percebendo, com eventuais chances de reajuste. Cumulativamente, o pagamento será pleiteado dos valores devidos em consequência das defasagens, acrescidos de juros e correção monetária.

Os interessados deverão contatar o CRM-PR, bem como o agendamento de consultas poderá ser feito pelo telefone (0xx41) 240-4060.

Jornada de Bioética em Maringá



Palestrantes da 13.ª Jornada: Carlos Ehlke Braga Filho (*), Luiz Sallim Emed e José Eduardo de Siqueira.

A 13.ª Jornada de Bioética, realizada dia 23 de maio, em Maringá, contou com a participação de médicos, estudantes e demais profissionais da cidade e região. O evento teve início às 20h, no auditório da Delegacia Regional do CRM-PR e destacou os temas “Ensino da Bioética”, “Relacionamento Médico-Paciente” e “Escolas Médicas”.

Entre os palestrantes, o conselheiro José Eduardo de Siqueira, de Londrina, ressaltou a importância da bioética como disciplina nos cursos de medicina. “Foi interessante falar sobre este assunto aos acadêmicos de Maringá. Inclusive, fui convidado a retornar para explanar melhor o tema na própria universidade”, conta José Eduardo de Siqueira, que é coordenador da Câmara Técnica de Bioética do Conselho e da Regional do Paraná da Sociedade Brasileira de Bioética.

O presidente do CRM-PR, Luiz Sallim Emed, fez abordagem de questões polêmicas que afetam a categoria, como a abertura indiscriminada de cursos de medicina em todo o país. Através da história da medicina, Carlos Ehlke Braga Filho, professor e conselheiro, resgatou a importância de restabelecer a boa relação entre médico e paciente nos dias de hoje. Segundo ele, fatores internos e externos acarretam em alterações nos padrões de comportamento de ambas as partes. “O avanço e o encarecimento da tecnologia, o desajuste de políticas governamentais ineficientes e o empobrecimento da população são as principais causas dessa problemática”, cita Braga. Ele acredita que a bioética pode ajudar a atenuar essas dificuldades e a promover a distribuição de recursos médicos à população de maneira igualitária.

As Jornadas de Bioética têm como objetivo levar a todas as regiões do Paraná a discussão em torno de questões de relevância da medicina moderna e o exercício ético da profissão. A 14.ª Jornada foi levada a Londrina, nos dias 27 e 28 de junho, com a participação do presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Dr. Volnei Garrafa.

A Medicina, de Hipócrates à atualidade

Carlos Ehlke Braga Filho (*)

A medicina teve sua origem assentada no paradigma sobrenatural, na função tribal do curandeiro, do líder religioso com seu poder de cura delegado pelos deuses, sempre foi um misto de bruxaria, ciência e religião.

Ela tinha a característica do paternalismo, na qual o curandeiro, depois substituído pelo médico, decidia pelo doente. E as escolas de medicina ensinavam, e algumas ainda ensinam, desta maneira.

Na Grécia, Hipócrates remonta o início da preocupação ética no relacionamento do médico com o paciente. Transportando os princípios universais da conduta humana, tornou-se clássico o seu juramento chamado de “Juramento de Hipócrates”, que passou a ser uma fonte tradicional da conduta ético-profissional médica.

O juramento compara os mestres da medicina como se fossem os pais do estudante; ensina que a arte de curar pretende sempre o benefício do doente; respeitando a intimidade e os segredos ao médico revelados, a medicina jamais pode ser usada para favorecer o crime ou corromper os costumes; aos que cumprirem esse juramento, que gozem de fama e honra, os que o transgredirem que seja o contrário o seu destino.

Entretanto, Hipócrates, considerado o “Pai da Medicina”, não mencionava a vontade do doente, pois não era interessante para o médico perder tempo conversando ou ouvindo o doente. Durante anos a interação médico-paciente foi alicerçada em três crenças: obrigação em

reverenciar o médico, a obrigação de ter fé no médico e a obrigação de obediência ao médico.

As bases éticas da medicina na época de Hipócrates ainda são os pilares da medicina humanística, mas o doente tornou-se mais consciente de seus direitos e os médicos passaram a respeitá-lo em sua autonomia.

O espetacular desenvolvimento da tecnologia e da ciência, que hoje estamos testemunhando, tornaram mais agudos os problemas éticos nas relações sociais. No ensino da medicina o que se percebe é a mercantilização no espírito e no objeto. A arte médica, com ares de ciência, tornou-se impregnada de tecnologia e fez desaparecer o papel social do médico, que passou a ser prestador de serviços.

Na área médica impera a crise no ensino, inicialmente em relação ao acesso à escola, onde a elite econômica e social mantém sua hegemonia e dominação, e posteriormente durante a formação médica humanística, onde são valorizados os conhecimentos técnicos em detrimento à medicina humanística. Os currículos hipertrofiaram as disciplinas e conteúdos tecnológicos e o estudante vai progressivamente perdendo o contato direto e pessoal com o doente. O raciocínio médico está sendo feito com o apoio tecnológico e muito pouco com a anamnese e exame físico. O médico já não conversa com o doente e o doente confia mais no laboratório e no aparelho do que no exame médico.

O Estado Brasileiro neoliberal, ao definir conhecimentos que devem ser ensinados, transforma a cultura em mercadoria, na qual os detentores do chamado capital econômico têm mais chances de

deter também o capital cultural e poder até dispensá-lo, pois o título escolar constitui moeda fraca cujo valor total só se faz sentir nos limites do mercado escolar.

A prática médica, notadamente nos países capitalistas, demonstra o contraditório entre a criação de novos benefícios de natureza tecnológica e a restrição do acesso para a maioria da população. Evidente que não se pode atribuir à tecnologia traçados pré-estabelecidos em relação ao trabalho e sociedade, mas quem promove as mudanças é o indivíduo ao reconhecer-se a si próprio, a apropriar-se da realidade e nela intervir.

O aparelho formador dos profissionais da saúde vive um dilema: conciliar o conhecimento tecnológico sem perder de vista as bases humanistas. A máquina, a técnica na medicina, vêm progressivamente substituindo o médico, que nunca se dispôs de tantos meios e nunca teve tão distanciado dos fins que deve servir.

Dois preocupações são fundamentais: o uso racional da tecnologia utilizada a serviço do homem e da humanidade e a universalização do acesso à saúde. O médico deve estar, hoje, consciente de seu papel como fator de luta e resistência, para que a saúde possa ser o objeto principal do Estado e, mais do que nunca, necessita estar ao lado do doente.

E, em sua genialidade, Fernando Pessoa sentenciou: “O médico precisa apenas de duas mãos e de todo o sentimento do mundo”.

(*) Carlos Ehlke Braga Filho é conselheiro e membro da Câmara Técnica de Bioética do CRM-PR e diretor do IML.

Frágil fiscalização de remédios coloca saúde pública em risco

A fragilidade dos órgãos competentes à fiscalização dos remédios produzidos no Brasil resultou em novas vítimas no primeiro semestre deste ano. O recente caso de contaminação do contrate radiológico Celobar, suspeito de matar cerca de duas dezenas de pessoas por intoxicação, chamou atenção da opinião pública e colocou em evidência a realidade da indústria farmacêutica no Brasil.

No Rio de Janeiro, cerca de 12 pacientes ficaram cegos após serem submetidos à operação de correção de catarata. Exames posteriores constataram que a causa estava relacionada a duas soluções oftálmicas contaminadas por bactérias, que foram utilizadas durante as cirurgias. O laboratório Lenssurgical Oftalmologia, que fabricava o colírio Methyl Lens Hypac 2%, funcionava irregularmente e teve ordem de

recolhimento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o outro medicamento Oftvisc, fabricado pelo laboratório Oftvision, teve dois lotes interditados em abril também por suspeita de contaminação.

O CRM recomenda que médicos e encarregados de dispensários de hospitais estejam sempre atentos no momento de conferir a origem dos medicamentos. A compra e a prescrição de qualquer produto para a saúde deve ser precedido de certificação de registro na Anvisa e de que seu fabricante possui autorização do Governo para funcionar. A ilegitimidade de remédios no mercado brasileiro coloca em risco a saúde da população e abre espaço para laboratórios clandestinos e profissionais desqualificados. A Anvisa recebeu meia centena de denúncias este ano, quase a metade apontando para medicamentos com problemas de origem.

Conferência Nacional

Decorrente de indicações das últimas Conferências Nacionais de Saúde e da avaliação do Relatório Final da CPI dos Medicamentos, a 1.ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica tem data prevista para os dias 15 a 18 de setembro, em Brasília. Será debatido o tema “Efetivando o Acesso, a Qualidade e a Humanização na Assistência Farmacêutica em Controle Social”, propondo diretrizes e estratégias para a formulação e efetivação de ações que garantam o acesso dos serviços de saúde.

Como mais um instrumento para garantir a participação popular e o fortalecimento do controle social na definição das políticas públicas de saúde, a Comissão Organizadora pretende expor no evento as experiências institucionais relacionadas ao tema central.

Projeto Diretrizes - volume II

O segundo volume do Projeto Diretrizes AMB/CFM contém mais 40 novas diretrizes e contou com a participação de 15 Sociedades de Especialidades para ser concluída. Agora, menos de um ano depois do lançamento do primeiro volume, a segunda edição encontra-se finalizada e em processo de impressão. Mais patologias estão disponíveis. Na gestão anterior, o Ministério da Saúde celebrou parceria e a expectativa é que o governo atual mantenha a disposição de publicar as 100 patologias mais prevalentes que motivam internações no SUS. Trata-se de um trabalho eficiente que vai contribuir para a redução de custos e melhor qualidade de atenção aos pacientes.

Em breve, cerca de 10 mil exemplares do novo volume serão distribuídos para bibliotecas, hospitais, faculdades de medicina e entidades médicas. Além disso, o trabalho terá

atualização constante e estará disponível nos sites do Conselho Federal de Medicina (www.portalmedico.org.br) e da Associação Médica Brasileira (www.amb.org.br). O projeto Diretrizes é coordenado pelo diretor científico da AMB, Fabio Biscegli Jatene, e por uma equipe de consultores formada por Wanderley Marques Bernardo, Moacyr Roberto Cuce Nobre e José Eluf Neto.

Com o intuito de unir a qualidade da prática médica com o apoio das diretrizes de procedimentos clínicos e cirúrgicos, a AMB está promovendo cursos sobre o emprego das diretrizes médicas. Os cursos são dirigidos para a classe médica, associando a experiência do médico à melhor evidência científica disponível. O último curso sobre diretrizes médicas ocorreu nos dias 27 e 28 de junho e foi dirigido aos representantes das Sociedades Científicas filiadas à AMB. Saiba mais acessando o site da Associação.

Alerta com atuação de falsos médicos

Cada vez mais frequentes, casos sobre falsos médicos têm rendido boas manchetes para os noticiários e gerado constante preocupação para sociedade. Para reverter este quadro, o Conselho de Medicina do Paraná insiste para que as Secretarias Municipais de Saúde, unidades hospitalares e aos próprios médicos, sobretudo os diretores clínicos dos hospitais, aos quais se recomenda atenção constante na hora de contratarem novos profissionais, já que poderão ser

responsabilizados ética e judicialmente de forma solidária pelo exercício irregular da medicina.

Devemos ter consciência de que exercer a medicina sem adequada preparação envolve riscos à vida e deve ser um problema combatido pelos órgãos competentes. Os falsos profissionais iludem o paciente de todas as formas. Primeiro, insinuando-se como se tivessem curso superior. Depois, solicitando exames complementares e, em alguns casos, prescrevendo “medicamentos” alternativos de efeito duvidoso, sem

comprovação científica. Em regiões do interior, muitas pessoas deixam-se enganar pelo uso da “roupa branca”, um estetoscópio pendurado no pescoço, uma maleta de couro com um aparelho de pressão, “receituário” e carimbo. E prefeituras e hospitais se deixam enganar com a promessa de apresentação posterior dos documentos legais, como ocorreu recentemente em Curitiba com um falso pediatra que chegou a atuar por mais de um mês num posto de saúde.

Recentemente, ainda, a polícia

paulista descobriu que um falso médico exercia ilegalmente a profissão num posto de saúde de Boiçucanga, em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. Vanderlei Pereira trabalhou durante um ano e três meses no Posto de Saúde Municipal, sem causar desconfiças. A prefeitura alegou que Pereira apresentou todos os documentos necessários, com autenticação feita em cartório. O Cremesp esclareceu que, após receber o pedido para registro do falso médico, constatou que o diploma era falso e comunicou o fato

à Polícia Federal, que é o órgão competente para agir nestes casos.

A recomendação é que as contratações sempre sejam homologadas após consulta prévia junto ao CRM ou suas Delegacias. Em caso de dúvidas, é aconselhável também pedir ao médico que apresente declaração de conduta ética profissional - documento fornecido pelo próprio CRM. Vários casos de falsos médicos já foram detectados no Paraná pelo Conselho, daí a preocupação constante de alerta.

Violência e avaliação psiquiátrica nos tempos atuais

Violência e avaliação psiquiátrica em tempos atuais foi o tema do debate promovido pelo Departamento de Psicologia da UFPR e o Instituto Médico Legal, nos dias 8 e 9 de maio, durante o Encontro de Psiquiatria Forense do Paraná. O evento, realizado no auditório do IML, reuniu mais de 200 participantes, entre estudantes, médicos, advogados e alguns dos principais especialistas no assunto no Estado.

O Prof. Jamil Zugueib Neto, Departamento de Psicologia da UFPR, diz que o objetivo do encontro foi alcançado: “Mostamos que o IML pode ultrapassar seus papéis tradicionais e que deve se responsabilizar por pesquisas que vão contribuir para o progresso da ciência e da sociedade”. Durante sua fala, o Prof. Zugueib destacou o Laboratório de Estudos sobre Violência do IML, criado em parceria com a UFPR para estudar a violência e suas conseqüências subjetivas no indivíduo, na família e nos

grupos de pertinência. A parceria com a instituição, apoiada pelo conselheiro do CRM-PR e diretor do IML, Carlos Ehlke Braga Filho, é um passo muito importante para que pesquisas sejam realizadas e soluções sejam propostas. “O médico legista deve dar um passo a mais em seu trabalho, contribuindo em pesquisa e fazendo um exame de acuidade, visto as novas formas de conduta que o indivíduo deve ter”, afirma Zugueib.

Numa avaliação da psiquiatria em tempos atuais, foi apresentado um perfil da situação da violência em Curitiba e no interior do Estado. E, a partir destes dados, foi realizada a avaliação do problema da violência: “Não existe só a violência do indivíduo, tem também a das instituições, que é simbólica, cometida através dos costumes, dos estigmas sociais e no preconceito de gênero e raça”, explica o Prof. Zugueib, ressaltando que há uma insatisfação, um “mal-estar” muito grande do sujeito na

sociedade contemporânea e que é isto que deve ser avaliado para que se encontre soluções para a violência.

O médico, professor da UFPR e Secretário Estadual de Assuntos Estratégicos, Nizan Pereira, fez a abertura solene do evento no dia 8 de maio. Nizan elogiou a iniciativa do IML em propor a discussão e abordou o grande desafio de resolver o problema da violência urbana. “É fundamental que o Estado volte a difundir a verdadeira noção de cidadania e seja um instrumento que garanta a igualdade e a justiça”, afirma.

Os problemas causados pela má administração pública no Brasil foram abordados pelo médico e diretor técnico do IML, Alexandre Gebran Neto. Emocionado, Gebran disse que, para ele, era muito importante estar ali para discutir estes assuntos. “Procuraremos romper com a imagem negativa do Instituto Médico Legal e conduzir esta instituição nos caminhos do exercício da cidadania do povo paranaense”, ressaltou.

Drogas e juventude

A Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Drogas (ABEAD) promoveu, no auditório do CRM-PR, palestra sobre “O Jovem e as drogas – a educação, a comunidade e a mídia”. O evento, que ocorreu nos dias 13 e 14 de junho, foi uma das atividades preparatórias para o XV Congresso Brasileiro da ABEAD, que vai ocorrer de 3 a 7 de setembro em São Paulo. Outros detalhes na próxima edição do Jornal do CRM.



Composição da mesa (da esquerda para direita): Eduíno Sbardelline, Alexandre Gebran Neto, Carlos Ehlke Braga Filho, Jamil Zugueib Neto, Nizan Pereira e Celso Ribas.

LEGISLAÇÃO

Assistência domiciliar

O Conselho Federal de Medicina recomendou a Resolução n. 1.668/03, que dispõe sobre normas técnicas necessárias à assistência domiciliar de paciente. A norma define as responsabilidades do médico, hospital, empresas públicas e privadas, bem como a interface multiprofissional neste tipo de assistência. Em seu artigo 1.º, a resolução expressa que “todas as empresas públicas e privadas prestadoras de assistência à internação domiciliar deverão ser cadastradas/registradas no Conselho de Medicina do estado onde operam”. Além regimento interno que estabeleça as normas de funcionamento, a empresa deverá contar com diretor técnico, necessariamente médico, que assumirá perante o Conselho a responsabilidade ética de seu funcionamento. A íntegra da resolução, bem como a exposição de motivos sobre o disciplinamento do Sistema de Atendimento Domiciliar, estão no site do CFM/CRM-PR.

Contas aprovadas

Conforme decisão em sessão plenária de 10 de abril, o CFM editou a Resolução n.º 1.663/2003, que julga regulares as contas do exercício de 2002 do CRM do Paraná, do Distrito Federal e de mais 23 estados.

Pareceres do CFM

Plantões de sobreaviso

Parecer 9/2003

Ementa: Os plantões de sobreaviso constituem prática usual da organização de serviços médicos, devendo obedecer a normas rígidas de funcionamento para evitar prejuízos no atendimento à população e garantir a segurança do médico. O sobreaviso deve ser remunerado.

Método Lasik e responsabilidade

Parecer 21/2003

Ementa: Lasik. Procedimento oftalmológico. Obrigatoriedade de apresentação de termo de consentimento ao paciente. Inexistência.

Anencefalia e transplante

Parecer 24/2003

Ementa: Uso de órgãos de anencefalos para transplante. Ente com incompatibilidade vital por não possuir a parte nobre e vital do cérebro. Uma vez autorizado formalmente pelos pais, o médico poderá proceder ao transplante de órgãos do anencefalo após a sua expulsão ou retirada do útero materno.

Malformação e assistência

Parecer 25/2003

Ementa: Merece apoio a iniciativa de Legislativo Municipal em procurar garantir assistência aos idosos e crianças portadoras de malformações de lábio leporino e/ou fenda palatina. No entanto, alerta-se para o fato da necessidade de se prover assistência à saúde para todas as faixas etárias, bem como se recomenda que os critérios de tratamento prestem assistência a todas as malformações que acometem os recém-nascidos, e não apenas lábio leporino e/ou fendas palatinas. Consulta refere-se a projetos de lei que visam garantir na rede municipal assistência aos idosos e crianças portadoras de malformações de lábio leporino/fenda palatina.

Procedimento de entubação por não-médico

Parecer 26/2003

Ementa: Entubação orotraqueal e desfibrilação cardíaca são atos médicos, sendo permitido a leigos, na ausência de médico, a utilização de desfibrilador cardíaco automático externo. Cursos que ensinam atos médicos só podem ter como alunos médicos e/ou estudantes de Medicina.

Pareceres aprovados pelo CFM em Plenárias. Confira a íntegra dos pareceres no site do CRM-PR/CFM.

Confira: agenda científica, banco de empregos, oportunidades profissionais e outras notícias no site do CRM

Inaugurado programa de intercâmbio com escolas de outras regiões do país

O Conselho Regional de Medicina do Paraná inaugurou uma nova etapa de intercâmbio com as universidades brasileiras, aplicando as facilidades tecnológicas disponibilizadas com seu projeto de videoconferências. Em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o CRM promoveu no início de junho palestras de dois renomados professores paranaenses para acadêmicos da Faculdade de Medicina do Acre, em Rio Branco. A experiência incluiu a interação com os coordenadores do programa de Telepatologia da Faculdade de Medicina da USP, em São Paulo, que no futuro esperam estender à escola acreense os debates anátomo-clínicos a partir da realização de autópsias em tempo real.

O Prof. György Bôhm e outros pares da USP integraram-se à videoconferência depois de terem conduzido transmissão de aula para outro Estado. da sede do Conselho de Medicina, em Curitiba, o Prof. João Manuel Cardoso Martins, titular de Clínica Médica e Reumatologia da PUC-PR, proferiu

palestra sobre “Abordagem clínica do paciente com depressão”. A fragilidade vivenciada pelo médico e o acadêmico de medicina, sob pressão por uma série de fatores e com elevado percentual de dependência química face a maior facilidade de acesso às drogas, foi um dos assuntos que mais despertaram a curiosidade dos estudantes do Acre. Depressão entre os que atuam na área médica tem grande influência nos índices de suicídios, como revelou o palestrante.

“Tratamento das pneumonias” foi o assunto exibido pelo Prof. João Carlos Folador, titular de Pneumologia da PUC. O tema, por estar em grande evidência no momento, sobretudo pela expansão da Sars, também prendeu a atenção dos acadêmicos. O palestrante ressaltou que as pneumonias são a sexta causa de morte nos Estados Unidos e a primeira entre as causas infecciosas. Também procurou despertar aos futuros médicos para a importância da avaliação clínica, do exame físico, hoje muitas vezes desprezado pelo fascínio da tecnologia.

O coordenador do curso de medicina da faculdade de Rio Branco, Prof. Milton Santos Freitas, não escondeu o seu entusiasmo com a experiência e conclamou os idealizadores do programa de Telepatologia da USP e CRM-PR para que ajudem a viabilizar o acesso contínuo da escola às videoconferências. Acentuou que a atividade superou as expectativas e despertou para um importante mecanismo de ensino. Luiz Sallim Emed, presidente do Conselho de Medicina do Paraná, mediu as palestras e ratificou a importância para todos. “Queremos ajudar a levar conhecimento a alunos e professores e também aprender muito com eles”, disse Emed, assinalando a possibilidade de que, além da educação a distância, o intercâmbio se faça também com visitas de estudantes e docentes às nossas faculdades e às da região Norte. O presidente diz que novos ciclos de palestras e videoconferências devem ser implementados em breve, com a participação de outras faculdades paranaenses.

João Carlos Folador (à dir.) e João Manuel Cardoso Martins (abaixo), professores da PUC-PR, foram os palestrantes em programa de videoconferência estendido a cursos de medicina de outros Estados.



Júri simulado discute ética em ortopedia

No dia 9 de maio, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - Regional do Paraná e o Conselho Regional de Medicina promoveram o júri simulado sobre “Ética em Ortopedia”. O evento, realizado na nova sede do CRM-PR, foi transmitido por videoconferência, interligando as cidades de Curitiba, Londrina e Maringá.

Dirigido aos médicos, acadêmicos, residentes e estudantes de direito, o júri simulado tem como objetivo revisar possíveis

falhas, ou encontrar pontos passíveis de discussão, em processos que já foram devidamente julgados. Na ocasião, o caso levado à debate novamente foi o de um catador de lixo que teria sofrido amputação de ambas as pernas devido à possível imperícia médica.

Após relatarem e discorrem sobre o caso, os participantes da mesa do júri concluíram que muitos processos de ética profissional ocorrem pela falta de atenção dos médicos durante o

primeiro atendimento, criticaram o descaso com o preenchimento de prontuários e o regime de carga horária a que são submetidos os plantonistas. “Hoje, os prontos-socorros dispõem de especialistas variados, infelizmente cada um cuida

da sua parte e a lista de procedimentos básicos acaba ficando de lado”, diz o ortopedista Carlos Roberto Goytacaz da Rocha,



O cons. Goytacaz da Rocha (3.º da esq. para dir.) coordenou o júri simulado.

também conselheiro do CRM. O Conselho vem implementando atividades científicas com as sociedades de especialidades e

ainda desenvolve o programa de tele-educação com a FMUSP, com discussões anátomo-clínicas a cada duas semanas.

ARQUIVO GEM

MINADA.P65

Carta dos médicos à Nação Brasileira

Os representantes de 283 mil médicos, reunidos no X Encontro Nacional das Entidades Médicas, em Brasília, neste dia 30 de maio, vêm manifestar à Nação e ao Governo do País o seu posicionamento relacionado ao importante momento político que vivemos, bem como apontar as medidas que consideramos necessárias à melhoria das condições de vida e saúde de nosso povo.

Nos primeiros meses de 2003, assistimos a ascensão ao Poder do novo Presidente, através da histórica votação de mais de 50 milhões de brasileiros. O mundo viveu uma guerra de grandes proporções, mais motivada por interesses geopolíticos e econômicos do que pela chamada “luta contra o terrorismo”.

Presenciamos o surgimento de uma nova e letal epidemia, que mais que a guerra pode vir a trazer enorme sofrimento a grande parte da população do planeta e sérios prejuízos econômicos aos países atingidos.

No Brasil, é enorme a expectativa da população e a responsabilidade de todos nós na construção de um País mais justo, com menos iniquidades e bem colocado no cenário internacional. Ainda convivemos com a vergonhosa posição de 74º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Proliferou-se a violência, em suas mais variadas formas, durante anos e tornou-se também uma questão de saúde pública. A segunda causa de morte entre os brasileiros é advinda da violência.

Continua a Nação submetida à sangria de vultosas quantias mensais para o pagamento dos juros da dívida externa. Chegamos ao ponto de, em um mês, o Brasil gastar com os serviços da

dívida o correspondente a quase todo o orçamento anual do Ministério da Saúde: mais de R\$ 20 bilhões, limitando as possibilidades dos brasileiros conquistarem o pleno direito à cidadania.

Os médicos brasileiros participarão ativamente do grande debate nacional, que se inicia em relação à reforma da Previdência, devendo este ser ancorado em dados reais. Queremos discutir também a reforma política e as relações de trabalho em nosso País. Somos favoráveis às ações governamentais, desde que elas não prejudiquem e penalizem nosso povo em seus direitos duramente conquistados.

Na questão da saúde, ressaltamos a mudança de condução do novo Ministério, em relação ao tratamento com o movimento médico brasileiro. As entidades nacionais foram, nesse período, já recebidas pelo Ministro da Saúde em diversas ocasiões. Além disso, foi convocada a 12ª Conferência Nacional de Saúde e está sendo encaminhado um grande debate nacional, relacionado à saúde suplementar. Foram iniciadas, ainda, as discussões relativas à forma de trabalho dos médicos, aos seus direitos e à sua carreira. Assim, o X Encontro Nacional dos Médicos Brasileiros propõe:

1 - Uma ampla discussão sobre o Ato Médico com a sociedade brasileira, com o Parlamento e com o Governo, tendo em vista a necessidade urgente de definir, claramente, os atos privativos de nossa profissão e os que podem ser compartilhados. Os médicos brasileiros defendem a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 25/2002. A eventual exclusão do médico de qualquer equipe de saúde compromete a qualidade do atendimento à

população e, em última análise, indica a preocupação com a redução de custos, que vem ocorrendo há 12 anos, e menos a garantia de acesso universal à saúde.

2 - O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, em seu conceito de atenção integral ao cidadão, garantindo o acesso a todos os níveis de complexidade e resolubilidade, a reversão dos baixos indicadores epidemiológicos de saúde, assegurando a contratação dos profissionais médicos, através de concurso público, com carreira definida, para provimento de cargos dentro do Sistema Único de Saúde, incluindo aí o Programa de Saúde da Família. Deverá ser apresentado ao Congresso Nacional um projeto de lei determinando a implantação do Programa de Saúde da Família em todos os municípios brasileiros. A Assistência Primária à Saúde deverá ser acompanhada de permanente processo de educação continuada dos profissionais que nele atuam, a fim de garantir uma atenção de qualidade em todas as faixas etárias da população brasileira.

3 - Os médicos brasileiros lutarão, com tenacidade, pela implantação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários do Sistema Único de Saúde, a ser implementado por todos os Estados da Federação. Deverá ser respeitada a complexidade da carreira do médico, com sua necessária diferenciação nas atribuições e responsabilidades relativas ao exercício de suas atividades profissionais.

4 - O estabelecimento de um piso nacional da categoria médica, hoje calculado em R\$ 2.711,11, para o período de 20 horas semanais, corrigido pelos

índices em vigor.

5 - A urgente revisão da política de criação de cursos de medicina, sem a devida comprovação de sua necessidade social e recursos para sua completa implantação e manutenção. Consideramos fundamental a aprovação de dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Um estabelece o caráter terminativo aos pareceres do Conselho Nacional de Saúde para a abertura de novas escolas médicas. O outro estabelece a concessão de período de moratória, sem autorização de abertura de novos cursos de medicina.

6 - O cumprimento das recomendações resultantes das avaliações oficiais de desempenho de cursos de medicina. Propomos, também, o atrelamento das novas escolas com a oferta de vagas na residência médica.

7 - Implantar a Lista Hierarquizada de Procedimentos Médicos (LHPM), com o objetivo de valorizar o trabalho médico e regular as relações com as operadoras de planos de saúde. O Sistema de Saúde Suplementar

no Brasil carece de um grande debate com a sociedade, buscando a satisfação dos 40 milhões de usuários que dele dependem e dos profissionais médicos que a ele dedicam os seus serviços.

8 - A participação dos médicos em todos os fóruns de gestão e controle social do Sistema Único de Saúde. É fundamental a participação e mobilização durante a preparação da 12ª Conferência Nacional de Saúde.

Desta forma, os médicos brasileiros vêm reafirmar seu apoio ao Sistema Único de Saúde, público, integral, universal e equânime. Como cidadãos brasileiros, mantemos a luta e a expectativa de um Brasil melhor, onde a saúde e o direito a uma vida digna sejam garantidos a todos nós.

Brasília, 30 de maio de 2003.
Associação Médica Brasileira
Associação Nacional dos Médicos Residentes
Confederação Médica Brasileira
Conselho Federal de Medicina
Federação Nacional dos Médicos

Condições de trabalho

Ao analisar os dados extraídos da Pesquisa Perfil do Médico, o corregedor do CFM, Roberto D'Ávila apresentou uma preocupação específica com o setor de emergência dos hospitais. “Mais da metade das demandas contra os profissionais ocorrem nas emergências. Temos que olhar com cuidado para esse setor, checando e fiscalizando suas condições de trabalho, pois é lá que se concentra o profissional mais jovem e, normalmente, menos preparado”, assinalou D'Ávila, que participou dos trabalhos sobre o tema “Plano de Carreira, Cargos e Salários”.

No debate sobre o assunto, o dirigente Eurípedes Carvalho observou uma tendência de terceirização na área de saúde. “Essa prática, que está se tornando comum na área médica, tem como objetivo driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, os profissionais ficam frágeis no momento da negociação”. Cid Carvalhaes, do Sindicato dos Médicos de São Paulo, defendeu a realização de um evento para discussão exclusiva do tema, respaldada por assessorias jurídicas e técnicas.

Preocupação com qualidade do ensino influencia fechamento do curso de PG

Através de Decreto assinado em 12 de maio, o governador Roberto Requião determinou a suspensão do funcionamento do curso de medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. O ato foi sucedido por muita discussão, inclusive nas esferas do Legislativo e do Judiciário, mas prevaleceram os argumentos de que o curso não preenchia os requisitos necessários e ainda iria comprometer as finanças do Estado, especialmente no financiamento das demais escolas médicas, universidades e hospitais universitários.

A posição do governador Requião, sem precedente na histórica mobilização nacional em defesa de cursos médicos de

qualidade, teve ampla repercussão positiva durante o X Encontro Nacional das Entidades Médicas, realizado em Brasília. Num momento em que há grande esforço para conter a proliferação de cursos médicos que não atendam a necessidades sociais e infra-estrutura compatível, o gesto do Chefe do Executivo paranaense foi interpretado como um exemplo a ser seguido nos demais Estados e, ao mesmo tempo, fonte de estímulo à consolidação de legislação específica para regulamentar a abertura e funcionamento de novas escolas.

O decreto governamental chegou a ser contestado judicialmente, mas o Tribunal de Justiça fez prevalecer os argu-

mentos sustentados pelo Executivo. A mobilização das lideranças políticas locais também conduziu à apresentação de proposta no Legislativo Estadual, pelo deputado Plauto Miró Guimarães Filho, de revogação do decreto.

O pedido de urgência para apreciação do projeto acabou sendo rejeitado por 29 a 17 votos na sessão do dia 2 de junho. No dia 12 do mesmo mês, integrantes do Movimento Pró-Medicina foram recebidos pelos ministros da Saúde e da Educação, em Brasília.

Humberto Costa, da Saúde, acenou com a possibilidade de liberar recursos para os hospitais Municipal e da Criança, que juntos, no futuro, poderiam dar



Na visita à sede do CRM, o governador Roberto REquião manifestou a sua preocupação com a qualidade do ensino médico no Paraná.

suporte à universidade. Cristóvão Buarque, da Educação, foi cauteloso e requereu informações mais detalhadas sobre a constituição e estruturação do curso. Os ministros, contudo, foram unânimes que a decisão cabe apenas ao governo do Paraná. Com o remanejamento

dos acadêmicos de medicina para as demais escolas estaduais, não há nenhuma perspectiva a médio prazo para reativação do curso. A Universidade de Ponta Grossa conta com outros 35 cursos e, como as demais instituições públicas de ensino, sofre com as limitações financeiras.

Conselho solidário à posição do governador

Em ofício encaminhado em junho, a diretoria do Conselho Regional de Medicina do Paraná solidarizou-se com o governador Roberto Requião e enalteceu a sua postura de equilíbrio ao reavaliar a recém-inaugurada Faculdade de Medicina de Ponta Grossa e, ao mesmo tempo, legitimar o direito de seus alunos, acomodando-os nas demais escolas estaduais. “Entendemos que nesta posição não há qualquer resquício de discriminação ao valoroso povo daquela região, mas, sim, a intenção de fazer com que as escolas de Medicina, estejam onde estiverem,

tenham reais condições de formar profissionais aptos a exercer a nobre profissão, sem oferecer riscos à população ou a eles próprios”, diz um trecho do documento.

Ainda no ofício, o CRM realça a posição das instituições representativas da classe médica, que consideram temeroso e imprudente que uma Faculdade de Medicina inicie suas atividades sem preencher os requisitos indispensáveis para garantir um ensino médico de qualidade. “Consideramos que embora dura e frustrante para muitos, a decisão de interromper a continuidade do curso é justa. Primeiro com o respaldo do Judiciário e,

agora, do Legislativo Estadual, a vossa iniciativa, enquanto Chefe do Poder Executivo, também está associada às reais prioridades do Estado, que devem prevalecer em defesa dos interesses maiores da sociedade paranaense”, assinala o texto do Conselho, que se colocou à disposição para intervir “em iniciativas que, de fato, contribuam de forma imediata para melhorar os indicadores da saúde no Paraná e para tornar mais harmoniosa e eficaz a distribuição de médicos em nosso Estado”.

Ainda de acordo com os conselheiros do CRM, a solidariedade emprestada pela comunidade ponta-grossense

nesse impasse deve ser interpretada como instrumento de luta para grandes conquistas, o que inclui até mesmo a constituição do alicerce para uma futura escola médica, adequada aos critérios legais e revestida de efetivo compromisso social. “É preciso deixar claro que o CRM-PR apoiou a decisão do governador quanto a interrupção do curso médico. No entanto, a qualidade da assistência médica e hospitalar de Ponta Grossa não é objeto de crítica por parte do Conselho de Medicina”, enfatizou o presidente Luiz Sallim Emed.

Congratulações de deputado

O Deputado Estadual Luciano Ducci encaminhou Voto de Congratulações da Assembléia Legislativa ao Conselho Regional de Medicina do Paraná pela inauguração da sede própria. De acordo com o parlamentar, por ser um órgão voltado à promoção do exercício ético do médico, o CRM-PR tem assumido um papel ativo no debate da Bioética e, sobretudo, nas questões que envolvem o SUS, “estando sempre presente nos foros relevantes para a construção do sistema”.

Completa o deputado, ex-secretário de Saúde de Curitiba: “Com a inauguração de magnífica sede própria, desde logo disponibilizada pela entidade para o uso da sociedade na promoção do debate de suas questões, os atuais dirigentes da mesma coroam o trabalho de várias gerações de médicos abnegados que, sem tréguas, têm trabalhado pela dignificação da medicina e pela promoção de seus elevados padrões éticos.”

Preocupação com orçamento da saúde para o próximo exercício

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi votada pela Assembléia Legislativa no dia 23 de junho, diante de uma estimativa de arrecadação global superior a R\$ 11 bilhões para o próximo exercício. Das 35 emendas apresentadas pelos deputados, 25 foram rejeitadas, dentre elas a do Dr. Luciano Ducci, que defendia a destinação efetiva ao setor de saúde de 12% da receita corrente líquida, tal qual fixa a Emenda Constitucional n.º 29. Prevalecendo a interpretação dada pelo governo estadual, a exemplo do que já vinha ocorrendo na gestão anterior, a base de financiamento orçamentário da saúde no Estado, para 2004, acaba “perdendo” mais de R\$ 300 milhões dos cerca de R\$ 650 milhões previstos.

Entre os vários itens incorporados ao orçamento da saúde estão obras de saneamento (R\$ 230 milhões), o plano fechado de assistência ao funcionalismo público (R\$ 62 milhões) e defesa animal e vegetal. O fracionamento dos recursos tende a refletir negativamente na qua-

lidade e das condições de acesso da população à assistência médica, compra de medicamentos e consultas especializadas, além de frustrar a expectativa da rede prestadora de serviços ao SUS de uma melhor remuneração. O deputado Luciano Ducci protestou contra a decisão. “A vinculação dos recursos à saúde é uma luta histórica dos partidos de esquerda”, declarou, ao se surpreender com a falta de apoio do PT. Ele insiste que há consenso até mesmo no Conselho Nacional de Saúde sobre a inconstitucionalidade na inclusão de itens sem a influência direta no sistema público de saúde.

Atenção à saúde

Tendo como um dos compromissos de campanha a luta pela garantia dos recursos mínimos constitucionais à saúde, sobretudo na esfera do governo estadual, o Dr. Luciano entendeu que houve pressão do governo pela não aprovação de sua emenda (foram 26 votos contra e 9 a favor). Ele considera absurda a inclusão do item saneamento, ainda mais por se tratar de benefício tarifado. “Mudou o

governo mas a situação precária da saúde continua a mesma”, reagiu. “É irresponsabilidade empurrar com a barriga um problema tão grave”, completou o colega Barbosa Neto (PDT), numa resposta ao argumento de Ângelo Vanhoni (PT), de que o Estado não tem tal vulto de recursos para investir de um ano para outro e que a discussão seria retomada no fim do ano, na votação do Plano Plurianual.

Conselheiros do CRM-PR solidarizaram-se com a mobilização do deputado Luciano Ducci e se declararam confiantes de que o governador Roberto Requião tenha sensibilidade à questão, tal qual no episódio da faculdade de medicina de Ponta Grossa. O entendimento é de que, buscando outras fontes de custeio, o governo estadual possa suprir os itens hoje incorporados ao orçamento da saúde, propiciando melhor qualidade na atenção à saúde, inclusive com condições de absorver a demanda reprimida por falta de recursos. O Conselho pretende contribuir com o Executivo e o Legislativo, oferecendo sugestões

e propostas para superar as dificuldades da saúde.

Promulgada em setembro de 2000, a EC 29 determina os percentuais mínimos de recursos que as União, Estados e Municípios devem aplicar anualmente em ações e serviços de saúde. No âmbito dos Estados, estava fixada em 7% e deveria passar para 8,25% no ano seguinte, mas ficou muito abaixo no Paraná, principalmente devido a inclusão de itens como saneamento e ações ambientais. O problema se repetiu em 2002, que deveria ter investimentos de 9,5% do orçamento.

Dados do governo Lerner indicam a aplicação de 8,28% das receitas líquidas, ou muito próximo do mínimo constitucional. Porém, o Conselho Estadual de Saúde, ao excluir gastos que deveriam receber recursos de outras fontes, observa que a saúde recebeu de fato só 3,70%. Quer dizer, deixou de investir mais de R\$ 217 milhões em saúde naquele ano. Em 2003, a exigência mínima seria de 10,75%, mas o setor de saúde deve receber pouco mais da metade. A



Deputado Luciano Ducci requer revisão no repasse de recursos.

União e os municípios, estes em sua maioria, têm oferecido sua reciprocidade no financiamento da saúde. A maior parte dos Estados, tal qual o Paraná, vem utilizando o critério de incorporar despesas com ações com alguma influência nas condições de vida da população. A proposta da LDO do atual governo, como reforça o Dr. Luciano, está perfeita na composição da receita e da destinação do percentual de 12%, mas peca na distribuição das despesas.

Na próxima edição, o Jornal do CRM-PR dará amplo destaque ao assunto, com manifestações de fontes do governo estadual, Conselho de Saúde e prestadores de serviços, incluindo a classe médica.

CRM e OAB-PR reforçam atividades conjuntas

Representantes da Seccional Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil estiveram em visita à nova sede do Conselho Regional de Medicina do Paraná, no dia 16 de junho. Eles foram recepcionados pelos conselheiros-diretores e também pelos componentes do Departamento Jurídico do CRM. José Hipólito Xavier da Costa,

presidente da OAB-PR; Antônio Sebastião da Cunha Gebran, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-PR); Maurício Sagboni Montanha Teixeira, diretor-tesoureiro da CAA-PR; conheceram as instalações da sede e depois participaram de reunião-almoço.

Na oportunidade, foram discutidos assuntos comuns de representatividade de classe e ações conjuntas em defesa das profissões e

da sociedade. A obra arquitetônica da nova sede, que dá ênfase a aspectos históricos da medicina, foi enaltecida pelos visitantes, que também elogiaram a mostra sobre os pioneiros que está aberta à visitação.

Em 2001, o CRM-PR e a OAB-PR estabeleceram convênio com o objetivo de fortalecer o direito da cidadania e, principalmente, de excluídos. A partir de agora, ficou

acordado que um representante da Ordem vai participar da Câmara Técnica de Bioética do Conselho, para contribuir na discussão de temas sobre o Biodireito e outros afins. Ainda um grupo de trabalho será definido para estabelecer cursos-palestras, sob consenso de que é possível fixar uma jornada anual com temas de

interface entre o direito e a medicina, além de outros de interesse a advogados, médicos e estudantes.



presidentes do CRM e da OAB

Assistência supletiva em debate nacional

O Fórum de Saúde Suplementar, que será realizado em três etapas de junho a setembro deste ano, tende a propiciar em importante instrumento para tentar corrigir distorções e aperfeiçoar os mecanismos de organização e gerenciamento do sistema. Hoje, as operadoras de planos de saúde estão sob foco de toda a sociedade, inclusive sendo alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso e de outras formas de investigação em âmbitos locais, como a instaurada pela Câmara de Vereadores de Curitiba.

Mesmo com o reajuste de 247% em seus preços desde a edição do Plano Real até maio último, as operadoras queixam-se de defasagens, apesar de aplicar percentuais mínimos ou nenhum aos que lhes prestam serviços, como médicos, hospitais, clínicas e laboratórios de análises clínicas. E, além de estar

sob cerrada crítica da rede conveniada, que cobra perdas de 57 a 104% devido a inconstância dos reajustes nos últimos anos, os planos também estão em rota de colisão com os usuários, o que é atestado pelos índices elevados de reclamações levadas aos órgãos de defesa do consumidor e ANS. Como o próprio ministro da Saúde admitiu em audiência conjunta de operadoras e prestadores de serviços, possíveis endossos de reajustes somente ocorrerá após terminado o Fórum.

As três edições do Fórum vão ocorrer em Brasília. Depois da primeira, de 25 a 27 de junho, a próxima será nos dias 4 e 5 de agosto. A última em 9 de setembro. Uma das questões que tende a ganhar destaque é a da contratualização, cujo texto foi aprovado através de consulta pública com poucas alterações. O contrato é visto como o instrumento indispensável para que médicos e demais prestadores

vejam aclarados os direitos e obrigações no processo. O plano de contas hospitalares estará em discussão, assim como o cartão desconto, que está sob fogo cruzado da Agência.

Função reguladora

A classe médica vê com desconfiança a possibilidade de que a “caixa-preta” das planilhas das operadoras possa ser tornada pública. Porém, entende que os fóruns vão permitir a discussão mais aprofundada dos problemas que cercam a assistência supletiva e, até mesmo, que a ANS seja cobrada a cumprir de fato a sua função reguladora, como ocorre com maior eficiência e contundência em outras áreas de atuação pública, como telefonia, energia elétrica e combustíveis. Além da desvalorização e queda na qualidade dos serviços profissionais, a rede conveniada tem reforçado a sua queixa quanto a restrições de acesso e as chamadas glosas nos pagamentos.

CPI investiga as operadoras

As principais operadoras de planos de saúde que serão investigadas pela CPI instalada na Câmara dos Deputados, em junho, já foram autuadas pelo governo federal em mais de R\$ 671 milhões, sendo 620 milhões em impostos não pagos à Receita Federal. O montante envolve 78 empresas, entre elas os cinco maiores grupos que atuam no país. Os demais R\$ 51 milhões são multas aplicadas pela ANS em decorrência de violações às normas vigentes na assistência. Porém, só R\$ 354 mil (ou 0,7% do total) foram pagos depois de as operadoras terem recorrido à ANS e perdido as ações. O relatório do Idec usado no requerimento que motivou a abertura da CPI, todas as oito empresas que foram testadas pela entidade desrespeitaram a lei. O percentual de desrespeito variou de 31 a 50%. De acordo com o Idec, as empresas de planos de saúde lideraram as reclamações em 2002 e até março deste ano.

Médicos param

Os médicos do Rio de Janeiro suspenderam em 10 de junho os atendimentos aos clientes de planos de saúde, em protesto contra a falta de reajustes. A manifestação durou 24h, com suspensão de exames, consultas e cirurgias não emergenciais. A empresa Sul América chegou a ser eleita como a operadora que ficaria sem assistência por tempo indeterminado, mas promoveu um reajuste emergencial para contornar o impasse. O Sindicato dos Médicos do Rio, estado que reúne 30 mil profissionais, diz que as operadoras não reajustam as consultas há cinco anos e que, nesse período, aumentaram em 46,10% os planos individuais e promoveram percentuais ainda maiores nos planos empresariais, que detêm 70% dos usuários e não são controlados pelo governo. O encontro sobre políticas médicas, promovido pela APM/AMB, aponta para a grande insatisfação contra os planos de saúde, principalmente pela falta de reajustes. Existe mobilização das entidades para que a classe médica não mais aceite as condições impostas pelas operadoras.

Interferindo na autonomia

Pesquisa encomendada pela Associação Paulista de Medicina e que envolveu 2.160 médicos de todas as regiões do país, indica que 44% dos entrevistados consideram os planos de saúde ruins e péssimos e igual percentual (44%) só regulares. Somente 11% dos médicos acham os planos bons e 1% considera ótimos. A quase totalidade dos profissionais (93%) afirmou que os planos interferem em sua autonomia. Restrições a doenças preexistentes (82,2%), glosar procedimentos ou medidas terapêuticas (72,2%), atos de diagnóstico e terapêuticos mediante designação de auditores (69,1%), tempo de internação de pacientes (64%) e período de internação pré-operatório (45%) foram os problemas predominantes. A margem de erro da pesquisa é 2%.

Evasão dos planos de saúde

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) indicam que quase 4 milhões de brasileiros perderam a proteção da assistência supletiva nos últimos quatro anos, reflexo principalmente dos preços cada vez mais altos das mensalidades dos planos de saúde e da pauperização da classe médica. Os contratos de assistência médica subiram 247% desde o início do Plano Real até maio último, de acordo com a Fipe. Além disso, o peso de tais gastos no orçamento da classe média dobrou em 10 anos. Em 1987, os planos de saúde representavam 17% dos gastos com saúde das famílias com renda mensal acima de 30 salários mínimos. Em 96, já havia saltado para 32%.

Em 1998, conforme estudos da Pnad, havia 38,7 milhões de usuários de planos de saúde no país, ou 24,5% da população. Mesmo com o crescimento populacional, este ano o número caiu para 35 milhões, como observa a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Neste fenômeno, detecta-se uma grande migração para planos mais baratos e para o Sistema Único de Saúde. Não por acaso o Ministério da Saúde registrou o aumento significativo do atendimento nos ambulatórios públicos.

As empresas de medicina de grupo contabilizavam 18,4 milhões de usuários em 2000. Agora estão com 16,2 milhões. Como 70% dos planos são coletivos, contratados pelas empresas para seus empregados, o desemprego minou o segmento. Também os usuários de planos individuais decresceram de 4,1 milhões para 3,6 milhões nos últimos dois anos. O número de pessoas cobertas por seguro-saúde caiu de 6,1 para 5,2 milhões (14,7%). Uma das modalidades mais atingidas foi a das apólices individuais, que caiu de 50 para 30% do total.

NOTAS

Acreditação hospitalar

O Manual de Acreditação das Organizações Prestadoras de Serviços Hospitalares deverá estar pronto no segundo semestre deste ano. As sugestões e críticas à proposta foram coletadas pela Anvisa e a Organização Nacional de Acreditação (ONA) através da Consulta Pública n. 9, de 7 de abril e que teve seu prazo prorrogado para 23 de junho. A acreditação é um novo conceito de qualidade que associa segurança e ética profissional, responsabilidade e qualidade no atendimento. O Instituto Paranaense de Acreditação em Serviços de Saúde, do qual o CRM faz parte, teve efetiva participação no modelo do manual. Saiba mais sobre acreditação acessando o site da Anvisa (www.anvisa.gov.br) ou da ONA (www.ona.org.br).

Patologia Clínica

A Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML) abriu inscrições, até o dia 23 de agosto, para o concurso de Título de Especialista em Patologia Clínica (TEPAC) de 2003. A prova será realizada na sede da SBPC/ML, no Rio de Janeiro, em 23 de setembro. Podem participar do concurso médicos que concluíram o programa de Residência Médica em Patologia Clínica/Medicina Laboratorial credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica; profissionais graduados há pelo menos cinco anos, com atuação comprovada na especialidade; e médicos com mais de 15 anos de formado, que trabalham em instituições de ensino e pesquisa e que comprovem atividade em Patologia Clínica/Medicina Laboratorial. As informações e a ficha de inscrição estão no site (www.sbpc.org.br).

Acidentes de Trânsito

Num esforço de mobilização e organização nacional permanente,

com intenção de diminuir os acidentes de trânsito, a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, Abramet, lançou o Movimento Nacional para a Diminuição dos Acidentes de Trânsito. A atividade se desenvolverá ao longo do ano, a partir da divulgação e implementação de uma série de medidas e práticas preventivas junto à mídia, empresas, escolas e órgãos públicos. O movimento já conta com o apoio de cerca de 40 organizações públicas e privadas e, ao final de 2003, a Abramet pretende divulgar os resultados alcançados a partir das medidas implantadas ou desenvolvidas. Para mais informações contatar pelo e-mail (sugestoes@abramet.org).



Guerra contra o cigarro

O Governo Brasileiro se comprometeu a tomar medidas no combate ao tabaco ao assinar, em 16 de junho, a Convenção Internacional de Controle do Tabaco. Com a adesão oficial, o Brasil propõe medidas como o aumento do preço do cigarro, o combate ao contrabando e o controle da venda e publicidade do produto. Além do Brasil, outros 27 países já aderiram à convenção. Para que ela entre em vigor serão necessárias 40 adesões, marca que a OMS pretende atingir até o final do ano, e os parlamentos desses governos precisarão ratificar o texto para que ele se torne lei. A agência de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU) acredita que se o tratado for adotado em todo o mundo, o número de fumantes será reduzido de forma significativa nos próximos 30 anos.

Contrato para saúde

O governo britânico planeja obrigar os obesos e fumantes a assinar um contrato no qual se comprometam a fazer regime e deixar de fumar, em troca de um tratamento gratuito, custeado pela previdência social. De acordo com o

secretário de Saúde da Grã-Bretanha, Alan Millburn, o objetivo da medida radical é melhorar a saúde das pessoas e aliviar a saúde pública dos casos de doenças "evitáveis" relacionadas a fumo, álcool, estresse ou dieta deficiente. Uma equipe de técnicos estuda formas para garantir a responsabilidade do paciente, já que serão tratados com o dinheiro público. Aqueles que não cumprirem seu dever contratual, ou que não comparecerem às consultas médicas, podem perder seu direito ao tratamento gratuito. Já os médicos seriam obrigados a oferecer todo tipo de ajuda aos pacientes para que alcancem seu propósito e a tratá-los segundo as normas estabelecidas.

Medicina enlutada

ODr. Tito Fábio Ferraz Moreira Salles (CRM 898) faleceu em Curitiba no dia 16 de junho último. Formado em 1958 pela Universidade Federal, era especialista em psiquiatria e medicina de trabalho. A medicina paranaense perdeu outros profissionais ilustres nas últimas semanas. O Dr. Altino Afonso Costa (CRM 1163) faleceu em 10 de maio. Formado em 1960, pela UFRJ, era médico em Paranavai. No dia 18 de maio, faleceu a Dra. Ailema Lory Luvison Franck (CRM 1431), que tinha se formado em 1963 pela Federal do Paraná. Em 1.º de junho morreu o Dr. Oswaldo Schmidt (CRM 1514), também graduado na Federal, em 1964. O Dr. Augusto Menna Barreto Monclaro (CRM 6113) faleceu no dia 6 de junho. Formado pela UFPR em 1978, tinha oftalmologia como especialidade.

Prêmio de Monografia

Encerram-se em 4 de agosto as inscrições para a edição de 2003 do Prêmio de Monografia Ética do Conselho de Medicina do Paraná. O tema deste ano é "O médico na moderna sociedade do Século XXI". Podem participar todos os brasileiros, independente da formação. Os autores dos dois melhores trabalhos recebem premiação em dinheiro e certificado.

Ações para alegrar

O Hospital Infantil Pequeno Príncipe, de Curitiba, desenvolve um conjunto de ações para humanizar o atendimento e, com elas, consegue reduzir o tempo de internamento dos pacientes. As atividades recreativas e culturais, propostas pelo Serviço Voluntário do hospital, ajudam na recuperação e tratamento das crianças. "Eles não pensam na doença. A brincadeira ameniza a dor e distrai tanto eles quanto os pais", explica a coordenadora do voluntariado, Rita de Cássia Lous. O Pequeno Príncipe é referência em sua especialidade e há muito ostenta o título de Hospital Amigo da Criança.

Diariamente, mágicos, artistas plásticos, contadores de história e cerca de 350 voluntários ajudam nas atividades recreativas da instituição. "A sexta-feira é dia de evento cultural e aos domingos é o Dia da Família", conta. No domingo, pais, parentes e pacientes participam juntos das brincadeiras. E, como em toda sexta-feira, em 13 de junho último, os Amigos do Riso foram visitar as crianças. Com o intuito de alegrá-las, o grupo esteve no hospital pela segunda vez para fazer palhaçadas e divertir os pacientes. "Faço este trabalho pela alegria que posso levar a uma criança", explica um dos integrantes do grupo, Bruno Nogueira. Os Amigos do Riso surgiram em Santa Catarina e percorrem todo o país, fazendo visitas a hospitais, creches, asilos e orfanatos.



Destaque em Pediatria

O Ministério da Saúde (MS) instituiu o Prêmio Nacional Professor Fernando Figueira. A iniciativa é um reconhecimento aos estabelecimentos hospitalares integrantes do SUS que se destacam em ações de humanização do atendimento à criança e de incentivo ao aleitamento materno. Na década de 60, o professor Fernando Figueira (falecido em abril de 2003) criou o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip) que, em 1990, foi o primeiro hospital no Brasil a receber, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do MS, o título de Hospital Amigo da Criança.

O regulamento do Prêmio Nacional Professor Fernando Figueira e a seleção dos estabelecimentos serão feitos por uma comissão formada por representantes de diversas entidades, entre elas o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). A comissão avaliará os estabelecimentos selecionados pelas secretarias estaduais de saúde e cada região do país terá um hospital premiado anualmente. A premiação é constituída de um certificado e uma placa aos vencedores.

Etapas do projeto “Casa do Médico”

inaugurada no final de abril, durante a realização do XV Encontro dos Conselhos de Medicina da Região Sul/Sudeste, a nova sede do CRM-PR já absorve todas as suas atividades, arquivos e estrutura funcional. A transferência da antiga sede da Rua Marechal Deodoro, no centro de Curitiba, teve de ser gradativa para não incorrer em transtornos ou prejuízos àqueles que dependiam dos serviços. Pequenas obras de ajustes e modelações continuam sendo realizadas na sede da Vista

Alegre, mas sem interferir no fluxo interno ou externo de atividades.

Reuniões de diretoria e plenárias, assim como os julgamentos, já fazem parte da rotina no novo prédio, assim como o atendimento administrativo, que vai desde atualização cadastral até a entrega de carteiras aos recém-graduados. Também estão ativos os Departamentos de Fiscalização do Exercício Profissional, Jurídico, Processamento de Dados e as Comissões e Câmaras Técnicas.

O auditório, com seus 276 lugares, começa a ser utilizado para iniciativas científico-culturais. O arrojado projeto arquitetônico do prédio, que dá ênfase para características históricas da medicina, tem sido um atrativo à parte e motivo de frequentes visitas de contemplação. O acervo da exposição “Pioneiros da Medicina do Paraná”, distribuído no saguão do andar administrativo, ajuda a enriquecer o visual da sede, que nasce como a “Casa do Médico”.

Com a nova sede, o Conselho

de Medicina do Paraná consolida o sonho alimentado por 45 anos por seus diretores. O projeto começou a se tornar realidade há uma década, quando o então presidente Wadir Rúpollo formalizou a aquisição do terreno numa região valorizada e de fácil acesso. A “pedra fundamental” da obra foi finalmente lançada em abril de 2002. Um ano depois, era inaugurada com o status de uma das mais belas e funcionais sedes de instituições médicas do país.

A Comissão de Sede, que orientou e coordenou todo o

projeto de constituição de novo espaço e é homenageada com placa alusiva, foi formada por Wadir Rúpollo, Cícero Tirone, Donizetti Giamberardino Filho, Gerson Zafalon Martins, Kemel Jorge Chammas e Luiz Carlos Sobânia. O projeto arquitetônico foi de autoria dos profissionais Luiz Augusto Souza Netto Baccocini e Sabrina Danielle Slompo, com a execução ficando a cargo da Construtora Pussoli S/A, que venceu a licitação feita pelo Conselho. Parte dos custos financeiros foi coberta pelo CFM.



PAIXÃO PELO AARTE DA MEDICINA E DAS LETRAS

João Dedeus Freitas Netto fala sobre sua trajetória e avalia a qualidade da medicina atual

Na expressão serena de um senhor simpático escondem-se 81 anos de uma biografia fascinante, marcada por muita vitalidade e perseverança. Quem não conhece João Dedeus Freitas Netto como jornalista, certamente lembra-se dele na figura do médico responsável, do incansável jogador de basquete, ou ainda como admirável pesquisador e amante da língua portuguesa. Uma história intrigante, cheia de lembranças que se confundem com as dos paranaenses. E, hoje, ao olhar para trás, este

imensurável amante da vida reconhece com satisfação que deixou sua contribuição para sociedade.

Tudo na vida de Freitas Netto aconteceu muito cedo. Ao 16 anos, por influência do pai e irmãos, começou a trabalhar como repórter policial para o Jornal Diário da Tarde. “Eu sempre digo para as pessoas que antes de tudo sou jornalista, pois essa foi minha primeira profissão”, afirma. A medicina só entraria na sua vida alguns anos mais tarde, em 1942, quando prestou vestibular para o curso da Universidade Federal do Paraná. No ano seguinte, foi convocado para servir o exército durante a Segunda Guerra Mundial. “Na Itália, atuei junto ao Hospital de Sangue, onde permaneci durante longos dez meses. Foi uma experiência difícil, porém inesquecível”, conta. Ao voltar para o Brasil, retomou a faculdade de medicina e passou a se dedicar com maior entusiasmo às suas reportagens. Após a formatura, em 1951, teve a oportunidade de começar a trabalhar no Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, ao lado de grandes mestres como Erasto Gaertner, Sady Pizzatto e Bento Luiz.

Devido a falta de tempo, alguns anos depois apoiou-se no trabalho de medicina preventiva na Saúde Pública, no departamento de Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. “Clinicar exige muito tempo e dedicação. Acabei me interessando por esta área de profilaxia e nela me aposentei como médico”, recorda. Em 2002, recebeu do Conselho Regional de Medicina do Paraná o Diploma de Mérito Ético-Profissional, uma homenagem aos seus 50 anos de carreira.

Como jornalista, Freitas Netto também foi presidente do Sindicato da Categoria em três mandatos, foi diretor do jornal O Estado do Paraná e da Imprensa Oficial do Estado, onde atuou até 1983. Atualmente,

é diretor da Associação Paranaense de Basquete, membro do Sindicato de Jornalistas e do Grande Conselho Dante Alighieri no Paraná.

Tempos modernos

Suas avaliações sobre a medicina moderna o deixam um pouco desestimulado. Ele conta que conseguiu conciliar suas profissões com outras atividades apenas porque a prática médica não exigia dedicação exclusiva naquela época. “Hoje em dia é uma correria. Um bom exame clínico, por exemplo, deve ser feito em uma hora, o que acaba não acontecendo devido a falta de tempo” reclama. Ainda fazendo comparações, “durante a Segunda Guerra recebiam tratamento no Hospital de Sangue apenas aqueles que tinham alguma chance de sobreviver. Em alguns lugares do mundo, infelizmente, é assim que funcionam os prontossocorros atualmente” recorda.

Para Freitas Netto, a medicina deve ser exercida como um sacerdócio e não ser encarada com objetivos lucrativos. “Claro, a técnica de tratamentos evoluiu muito nos últimos anos, mas, infelizmente, o papel do médico parece estar em segundo plano”, critica. A figura do clínico geral, segundo ele, deveria ser mais valorizada. “Um dos grandes males da medicina moderna é a falta do médico da família, da pessoa que auxilia o doente não apenas curando a doença física”. Para diminuir a distância entre médicos e pacientes, ele defende a adoção de uma disciplina específica de humanismo nos currículos das escolas médicas. “É importante que o profissional esteja em pleno contato com o paciente, faça um levantamento preciso do histórico médico para alcançar um diagnóstico mais seguro”, explica.

Outro assunto que o preocupa é a discussão em torno da abertura indiscriminada de escolas médicas. Freitas Netto é contra a criação de novos cursos e preza pela melhoria

da qualidade de ensino. “As escolas de medicina precisam estar mais preparadas para capacitar profissionais com qualidade. Todos sabem que o mercado de trabalho não está fácil, a concorrência é cada vez mais acirrada”, acrescenta.

Segredos da longevidade

Quando questionado sobre seu segredo para manter a longevidade e a saúde, Freitas Netto sugere uma resposta simples: trabalhar. Para ele, ocupar a mente com problemas sadios e reservar tempo para esportes ou hobbies que gerem prazer e saúde é o melhor caminho para encontrar a felicidade. “Quando as pessoas dizem que não tem tempo para praticar esporte, pergunto se têm tempo para escovar os dentes e tomar banho”, ironiza.

Acostumado a encarar a vida de maneira saudável, o jornalista condena a falta de preocupação dos médicos atuais neste aspecto. “O que parece estar acontecendo é um desvio de comportamento. O médico é uma figura emblemática para o paciente e deve dar o bom exemplo”, recomenda ao criticar profissionais que convivem com vícios nocivos à saúde, como álcool, fumo e vida sedentária.

Sua paixão pelo esporte começou aos 12 anos, quando descobriu o basquete no Colégio novo Ateneu, em Curitiba. Hoje, pelo menos 3 vezes por semana reúne-se com um grupo de 40 colegas acima de 65 anos, no clube Círculo Militar, e ainda tem pique para participar de alguns torneios. Considerado o praticante mais antigo do estado, o médico foi homenageado com a criação do Torneio Freitas Netto, que ocorre há 13 anos no litoral paranaense e já é o segundo maior da categoria master no país, ficando atrás do campeonato brasileiro. O torneio é promovido pela Associação Paranaense de Veteranos do Basquete, em parceria com o SESC.



João Dedeus Freitas Netto: em sua biblioteca e no Dia do Médico de 2002, quando recebeu o Diploma das mãos da cons. Mônica De Blase Kastrup.